

TRAGÉDIA CLIMÁTICA NO SUL EXIGE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

A estreita relação entre a devastação causada pelas chuvas e inundações no Rio Grande do Sul e as mudanças climáticas exigem neste 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, que a sociedade caminhe rumo a uma nova consciência ambiental e fortaleça a luta pela preservação dos bens naturais, severamente ameaçados por eventos climáticos extremos e absurdos projetos em tramitação no Congresso Nacional.

Esses fenômenos tem se intensificado: chuvas intensas e violentas, enchentes, inundações, secas prolongadas e ondas de calor vêm se tornando recorrentes em diferentes regiões do Brasil e do mundo, provocados pela ação humana, com o aumento do desmatamento e da poluição, causando forte desequilíbrio ambiental.

Apesar dos alertas emitidos há décadas, a legislação ambiental no Brasil continua a ser flexibilizada e enfraquecida, para atender interesses do capital privado e da exploração da natureza em busca do lucro. Um conjunto de 28 projetos, chamado de “pacote da destruição”, tramita no Congresso, ameaçando o meio ambiente, o combate à crise climática e a vida das pessoas, com risco de danos irreparáveis e de novas catástrofes.

Entre essas propostas nocivas estão a anistia para desmatadores, a flexibilização do Código Florestal e das normas sobre regularização fundiária, a exploração mineral em unidades de conservação, a redução da reserva legal da

Amazônia, a retirada da propriedade exclusiva da União sobre os terrenos de Marinha e a implosão do licenciamento ambiental.

A catástrofe climática no Rio Grande do Sul são o retrato de uma política negacionista e criminosa, que deliberadamente despreza o meio ambiente, impulsiona a degradação ambiental e agrava a crise climática, ao derrubar a legislação de proteção aos bens naturais e ocultar a gravidade dos efeitos das mudanças climáticas. O governo de Eduardo Leite afrouxou a legislação ambiental do Estado em cerca de 500 pontos, para favorecer o capital privado.

O presidente do SINDÁGUA e secretário de Meio Ambiente da CUT-MG, Eduardo Pereira, afirma que é necessário buscar fórmulas para a adaptação a este novo cenário, com políticas específicas e preventivas para reduzir os impactos dos eventos climáticos extremos. “As mudanças climáticas ameaçam o direito à água e ao saneamento, contribuindo para crises hídricas, e podem reduzir radicalmente a quantidade e qualidade da água”, ressalta.

Segundo Eduardo, na tragédia climática no Rio Grande do Sul, houve colapso no saneamento, agravado pela privatização da estatal Corsan e o sucateamento do DMAE de Porto Alegre, com a intenção de privatizá-lo. “Foi preciso que empresas públicas, como a Copasa, enviassem técnicos para socorrer a empresa privada e restabelecer o abastecimento de água, que havia sido interrompido.”

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais:



Disponível no
Google Play

APP Sindágua

